



LEI Nº 2552/2023

DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE NÚMERO DE IMÓVEIS CONSOLIDADOS, SEM A AVERBAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA(S), PARA FINS EXCLUSIVOS DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA, NO MUNICÍPIO DE CARANDAÍ E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Carandaí, por seus representantes legais na Câmara Municipal, APROVA, e eu, Prefeito Municipal, com a GRAÇA DE DEUS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A emissão de Declaração de Número no âmbito do Município de Carandaí, ocorrerá somente com a finalidade de atender direito fundamental da dignidade da pessoa humana e, garantir a segurança alimentar e nutricional nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que declarou ser a água potável o requisito mínimo para a subsistência humana, observando o disposto nesta Lei.

Art. 2º. Conceder-se-á Declaração de Número para fins de ligação de água e energia elétrica, desde que exista no local a infraestrutura básica de água e energia elétrica ou que esteja em vias de ser implantada, bem como na hipótese do interessado em obter a declaração reside no imóvel ou nele pretenda edificar residência para fins de moradia própria ou de sua família.

Art. 3º. Conceder-se-á Declaração de Número para fins exclusivos de ligação de água e energia elétrica em imóveis consolidados, sem a averbação da(s) transferência(s).

§ 1º. O interessado deverá apresentar documentos que demonstrem que o imóvel foi adquirido de boa-fé, que este é superior ao módulo mínimo fixado em legislação municipal e que não possui débito para com a Fazenda Municipal.

§ 2º. O interessado deverá demonstrar que o imóvel não se trata de bem público e que não existe débito vinculado a matrícula do bem para com a Fazenda Municipal.

Art. 4º. Não serão emitidas Declarações de Número nas seguintes situações, dentre outras:

- I - logradouro público, sem autorização expressa do Município;
- II - construções em área de risco;
- III - áreas de preservação permanente, de fundo de vale, pública ou privada.

Art. 5º. Poderá ser emitida Declaração de Número para imóvel objeto de usucapião, desde que cumpridas todas as exigências legais e ainda as seguintes:

- I - o interessado em obter a Declaração de Número tem que ser o autor do pedido de usucapião;
- II - o lapso temporal exigido pela legislação relativo à posse tem que estar demonstrado.

Parágrafo Único. Para instruir o pedido de Declaração de Número, o interessado deverá apresentar documento que comprove ser o autor do processo judicial ou extrajudicial de usucapião.

Art. 6º. Nos casos em que o requerente não puder comprovar a posse ou propriedade do imóvel para o qual pretende obter a declaração de número, cumpridas as demais condições expressas nesta lei, poderá ser emitida a declaração desde que o interessado comprove através de documentos que reside atualmente no imóvel.

§ 1º. Será considerado documento, para cumprir o disposto no *caput* deste artigo, declaração firmada por dois vizinhos que residam na mesma rua que o interessado, com firma reconhecida em Cartório, informando a data em que o imóvel foi consolidado e desde quando o requerente nele reside.

§ 2º. O interessado, além das declarações mencionadas no §1º do deste artigo, deverá apresentar comprovante de residência recente dos vizinhos que firmaram a declaração.

§ 3º. Quando o imóvel já possuir instalação de um dos serviços, seja de água ou de energia elétrica, o Município poderá emitir a declaração de número, respeitados os impedimentos previstos em lei.

§ 4º. Nos casos em que houver em um mesmo terreno/lote mais de um imóvel construído e um dos imóveis já possuir ligação de água e/ou energia elétrica, poderá ser emitida a Declaração de Número ao imóvel que não possui o serviço, como complemento.

Art. 7º. Nos casos previstos no artigo 6º desta Lei, se entender necessário, antes de conceder a Declaração de Número, a Municipalidade poderá enviar servidor competente até o local onde se pretende realizar a ligação de água ou energia elétrica para verificar se as exigências previstas neste Diploma Legal estão sendo cumpridas.

Art. 8º. Em todas as declarações de número deverão obrigatoriamente conter nas suas partes inferiores, os seguintes dizeres:

I - A emissão de declaração de número não obriga a Municipalidade a custear a infraestrutura do local.

II - Este documento não comprova a titularidade do imóvel nem exime o Solicitante/Interessado do cumprimento das demais obrigações legais, referentes à transmissão da posse e/ou propriedade.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, que as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, 03 de julho de 2023.

Washington Luis Gravina Teixeira
Prefeito Municipal

Rogério de Sousa Bertolin
Secretário de Governo

PORTARIA Nº 318/2023

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Carandaí, por seu Prefeito Municipal, Sr. Washington Luis Gravina Teixeira, no uso das faculdades que lhe confere o art. 74 da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Jocasta Tavares de Souza Oliveira, protocolado sob o nº 2979, em 29.06.2023;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Jocasta Tavares de Souza Oliveira, ocupante do cargo de Professora de Apoio, por 13 (treze) dias, do período de 28.06.2023 a 10.07.2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28.06.2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, 03 de julho de 2023.

Washington Luis Gravina Teixeira
Prefeito Municipal

Rogério de Sousa Bertolin
Secretário de Governo

PORTARIA Nº 319/2023

AVERBA TEMPO DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Carandaí, nas faculdades que lhe confere o art. 84, IV, da Constituição Federal; art. 90, VII, da Constituição do Estado e art. 73 e 74 da LOM, e;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor José Honório, protocolado em 29.06.2023, sob o nº 2989, onde requer averbação de tempo de contribuição;

CONSIDERANDO que o art. 201, § 9º da CF/88, assegura a contagem recíproca de serviço público/atividade;

CONSIDERANDO que a contagem de tempo do servidor está devidamente demonstrada na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

RESOLVE



Art. 1º. Averbar o tempo de serviço do servidor José Honório, ocupante do cargo de Conservador de Estradas e Logradouros, constante de 1.080 (hum mil e oitenta) dias, os quais deverão constar em sua ficha de registro funcional arquivada no serviço de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Carandaí.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

REGISTRE-
SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal Presidente Tancredo
Neves, 03 de julho de 2023.

Washington Luis Gravina Teixeira
Prefeito Municipal

Rogério de Sousa Bertolin
Secretário de Governo